

MULHERES EM LUTA: A IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA E A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL MILITAR

Dominique Almeida melo

1- Universidade Castelo Branco

Contato: dominique_amelo@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar o surgimento e a consolidação da imprensa alternativa como um espaço privilegiado para os movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira, especialmente na década de 1970. Privilegiaremos a imprensa feminista, que não só assinalou o nascimento e desenvolvimento do feminismo moderno no Brasil, mas também atuou como veículo de propagação das concepções políticas alternativas que marcaram o cenário brasileiro nos anos 1970.

Palavras-Chave: Imprensa Alternativa – Ditadura – Minorias – Luta – Feminismo

ABSTRACT

This paper aims mainly at analyzing the consolidation of the alternative press as outstanding space to the resistance movements against the Brazilian civilian-military dictatorship, mostly in the 1970's. We intend to focus on the feminism press, which not only pointed the birth and development of Brazil's modern feminism, but also disseminated alternative political conceptions that marked the Brazilian scenario in 1970.

Keywords: Alternative Press - Dictatorship - Minorities - Resistance - Women

1. INTRODUÇÃO

O surgimento dos jornais alternativos durante os anos 1960 ocorreu de maneira gradual a partir das mudanças no cotidiano e no meio social, com ideários, motivações e articulações entre aqueles que lutaram contra ou a favor do golpe de 1964. Novos partidos políticos, propostas ideológicas e estéticas, novos movimentos e lutas. O período entre 1968 e 1978 é tido como acumulativo de forças e baseado na comunicação

de resistência, com ênfase no Ato Institucional-5²⁰ e anistia. E é essa mudança gradual contra as imposições do regime militar, sua censura, repressão, a quebra da democracia constitucional, torturas, desaparecimentos, mortes, perdas de liberdades políticas, que criam a base para a organização dos movimentos de luta e oposição a ditadura. E um desses meios de oposição é a imprensa alternativa. O surgimento dos primeiros jornais alternativos veio a ocorrer em virtude do abandono da imprensa vinculada ao campo popular e ao aumento do espaço crítico na mesma. O golpe civil-militar de 1964 e a instituição do regime ditatorial no Brasil provocaram o progressivo fechamento de revistas e jornais através da feroz censura e da concentração de capital na grande imprensa. A maioria dos veículos no campo popular foi fechada devido à interferência e ação das forças militares do regime. Muitos editores exilaram-se; os jornais vinculados aos partidos políticos de esquerda foram todos fechados. As revistas estudantis também desapareceram. Instaurou-se uma espécie de exílio profissional. A própria imprensa dava fim aos veículos alternativos criando novos modelos de jornal. No início da década de 1970, as organizações de esquerda que defendiam a luta armada sofreram derrotas políticas e militares devido à eficiência das forças de repressão e ao aprofundamento do isolamento dessas organizações vanguardistas em relação à sociedade civil brasileira.

A imprensa alternativa surge, então, da união de forças revolucionárias, intelectuais e sociais, onde jornalistas e intelectuais buscam espaços para expor suas opiniões e ideias ao público social, associando-se ao nascimento de muitos grupos independentes e organizações dissidentes, bem como diversos movimentos até então nunca vistos, os chamados “movimentos de minorias”. Assim, instaurava-se uma cena política e cultural, marcada pela atuação de militantes de esquerda na imprensa, que, apesar de algumas divergências, mantinham afinidades entre si. É essa mudança gradual contra as imposições do regime civil-militar, sua censura, repressão, a quebra da democracia constitucional, torturas, desaparecimentos, mortes e perdas de liberdades políticas, que criam a base para a organização dos movimentos de luta de minorias e oposição à ditadura, sendo um desses mecanismos de resistência à ditadura a imprensa alternativa em si, sendo estes o foco deste artigo.

Desde 1964, políticos de esquerda, líderes estudantis, militares legalistas, dirigentes sindicais, intelectuais e militantes das esquerdas em geral foram exilados ou

²⁰ Quinto ato institucional instaurado durante o regime militar. Sobrepujando a Constituição de 1946, bem como as instituições estatais. Dando plenos poderes ao Presidente da República, consequentemente suspendendo diversas garantias constitucionais.

perderam seus direitos políticos, outros foram mortos, torturados ou “desapareceram”. Tendo somente o jornal *Correio da Manhã* como único veículo da grande imprensa a condenar a violação dos direitos humanos e o autoritarismo do sistema, nascia logo em seguida o *Pif-Paf*, o primeiro jornal alternativo de grande circulação. Nesse contexto, os jornais alternativos tornaram-se os meios mais efetivos de humoristas e cartunistas oporem-se à ditadura, criando uma forma de terapia coletiva, diminuindo a tensão do conflito.

(...) foi um dos mais inventivos períodos culturais da nossa história recente onde se desenvolveu uma produção cultural híbrida, contestadora, irreverente e anti-autoritária que soube manejar com especial habilidade a sua condição de marginalidade, fazendo desta sua identidade expressa na linguagem, na forma e no estilo narrativo empregado (PIRES, 2012, p. 80)

Apesar da forte censura sofrida por esses veículos, os mesmos humoristas que começaram a fazer parte da imprensa geral criaram a imprensa alternativa como forma de driblar o poder opressor e expor o descontentamento social e intelectual. A imprensa alternativa via a si própria como outra opção à imprensa tradicional, que considerava complacente com o regime ditatorial. Como destacou Pires (2002), ao associar-se a partidos políticos esquerdistas, a imprensa alternativa, além da crítica à complacência da grande imprensa, configurava-se como outra opção de imprensa e de posicionamento esquerdista, diferente do tradicional (PIRES, 2002, p.80).

Estes periódicos alternativos possuíam, no geral, tiragens e circulação irregulares e eram majoritariamente lidos por militantes de esquerda, especialmente aqueles que pertenciam a organizações ou grupos que faziam oposição à ditadura civil-militar vigente. Eram, portanto, jornais de contestação e denúncia contra atos de violência, repressão e arbitrariedades governamentais. De acordo com Kucinski (1991), a ideia de algo *alternativo* possui quatro significados indispensáveis: algo que não está ligado a políticas dominantes; uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; única saída para uma situação difícil e, por fim, o desejo crescente nas gerações dos anos 1960 e 1970 de serem protagonistas de transformações sociais revolucionárias (KUCINSKI, 1991, p. 13)

Segundo Araújo (2000), a imprensa alternativa era composta por três tipos de publicações: os jornais de esquerda (vinculados a partidos ou não), como *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo*; as revistas de contracultura como *Flor de Mal*, *Biscoitos Finos* e o *Almanaque Biotônico Vitalidade*; e as publicações de

movimentos sociais minoritários, dentre os quais se destacavam os jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; os jornais do movimento negro *Tição*, *Simba* e *Koisa de Crioulo*; e as publicações que representavam os movimentos homossexuais organizados, como *Gente Gay*, *Corpo*, *Boca da Noite*, *Jornal da Aliança de Ativistas Homossexuais* e *O Lampião da Esquina* (ARAUJO, 2000, p. 20-21).

De acordo com Maria Paula Araújo, a experiência política mais significativa da década de 1970 fundamentou-se em três pontos: a crítica ao marxismo oficial nos moldes internacionais da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e nacionais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), incorporação de ideias e práticas advindas da experiência militar de 1968; e pelo esforço de renovação da luta contra a ditadura militar no contexto de luta armada (ARAUJO, 2000, p. 20-21).

Através desse ato de “rebeldia” de novos revolucionários contra o sistema, contra o marxismo internacional, contra o tradicionalismo de ideias e afins, unido ao humor, a uma nova visão político-ideológica, cultural e social surgem os primeiros jornais alternativos: *Pif-Paf*, *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Tem Tempo*, *Bondinho*, *Politika*, *Ex*, e tantos outros, seguidos pelos jornais representantes de movimentos de luta das minorias.

O processo vivido por esses jornais constitui uma das contradições mais importantes da imprensa alternativa de esquerda: eles representavam a busca de um espaço legal de atuação política, mas sua dinâmica era dada por partidos e organizações de esquerda, na época clandestinos. Partidos e organizações que, por mais que visassem ao exercício democrático e ao pluralismo, reproduziam vícios típicos da clandestinidade. Por não conseguirem superar essa marca, os jornais alternativos de esquerda da década de 1970 pautaram sua atuação por uma série de divergências, cisões e acusações de “aparelhamento” partidário. Ao longo dos anos 1980, a imprensa alternativa de esquerda foi substituída por um tipo de imprensa que assumi a explicitamente uma vinculação partidária ou sindical (ARAUJO, 2000, p. 28).

Todos os periódicos alternativos foram marcados pelo signo da resistência, da não aceitação, da luta contra a opressão política, econômica e social infringida pelo regime ditatorial. Foram jornais que se destacaram por abordar temas políticos e sociais, incômodos ou excluídos da grande imprensa, por quebrar paradigmas e dogmas. Compreendemos com a imprensa alternativa a tentativa constante de criação de identidades políticas fragmentadas, marcando não só o Brasil da década de 1970, mas o mundo também, expondo o clima intelectual do período, com suas políticas e teorias,

diversidade cultural, polêmicas, tendências artísticas e afins, e principalmente o confronto entre as esquerdas tradicionais e alternativas.

2. OS JORNAIS DO “POVO”: ALTERNATIVOS DE MINORIAS – MULHERES, NEGROS E HOMOSSEXUAIS

Como dito anteriormente, os jornais surgidos nas décadas de 1960 e 1970 de cunho alternativo eram marcados por um posicionamentopositor, eclético, expositor de uma cultura de confronto e afirmação, destacando o surgimento de um novo discurso cultural e político que surgia, criando espaços de expressão para negros, homossexuais e mulheres. O período entre 1969 e 1974 configura-se como um marco divisório na consolidação da imprensa alternativa no Brasil. Ao mesmo tempo em que a grande imprensa de uma forma geral pactua com o regime ditatorial, observa-se a crescente repressão às mudanças culturais e aos meios de comunicação cada vez mais diversificados e difusores de novos ideais e perspectivas distintas das tradicionais.

Os jornais alternativos dividiam-se em duas vertentes: uma buscava uma efetiva manifestação política partidária atuante e ofensiva, embasando-se num discurso marxista para expor os problemas sócio-político-econômicos brasileiros, com ênfase no surgimento de novos atores sociais; a segunda vertente inspirou-se na contracultura estadunidense, como veículo voltado à crítica de costumes e à ruptura cultural, cujos protagonistas fugiam do dogmatismo esquerdista e da realidade repressora propagando uma nova acepção do ser.

É nesse contexto que surgem as publicações feministas. Jornais e revistas inspirados nas demandas sociais das mulheres brasileiras que tinham como exemplo a sublevação de feministas estadunidenses e francesas. Mulheres que passaram a colocar suas reivindicações, necessidades ideológicas, políticas, sexuais e libertárias acima dos paradigmas e tradições repressoras.

Apesar do movimento feminista no Brasil só ter surgido em meados da década de 1970, a participação feminina, ao longo dos anos 1960, nos diversos movimentos de mobilização política e social organizados pelas direitas e esquerdas foi expressiva e intensa. As mulheres mostraram-se politicamente conscientes, romperam padrões e questionaram a tradição moralista conservadora do cotidiano, assim como questões de posicionamento sexual. Ponto importante do contexto foi a revolução sexual e a chegada da pílula anticoncepcional, dando às mulheres a opção de sentir prazer e não

apenas ocupar o posto de mãe e procriadora. Segundo Pinto (2003), a participação de mulheres das classes médias e populares em manifestações públicas e políticas foi um fenômeno anterior à década de 1970. Esses primeiros movimentos não podem ser considerados feministas porque as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança de papéis a elas atribuídos, mas contra situações sociais e econômicas que dificultavam o dia a dia da família brasileira. A instituição do casamento passa a ser questionada; a repressão voltada para as vestimentas também foi questionada com o lançamento da moda dos biquínis e minissaias como uma expressão de liberdade. Para além das mudanças sociais, as mulheres passaram a integrar-se no cenário político-cultural através de sua participação em diversas manifestações políticas emergentes a partir da década de 1960. Deve-se levar em consideração que não foram apenas as esquerdistas que saíram as ruas, jovens e senhoras de todo país também se manifestaram através das chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, tornando-se símbolo de apoio da sociedade civil ao golpe de 1964 (SILVA, 2009, p. 137-138). A participação destas mulheres defensoras do discurso conservador direitista representa uma escolha política e sua constituição enquanto sujeito político.²¹

A participação das mulheres no espaço público foi particularmente importante nos periódicos alternativos surgidos ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Segundo Cardoso (2004), a imprensa feminista destacou-se entre os cerca de 150 periódicos alternativos que circularam no Brasil na década de 1970 (CARDOSO, 2004, p. 37), que além de abordar as questões ligadas ao universo feminino, também se dedicaram às temáticas relacionadas às lutas de movimentos sociais diversificados (negros, homossexuais, estudantes, etc) e conteúdos diversificados (política, sexualidade, humor, economia, entre outros). Alguns destes periódicos perduraram durante as décadas de 1980 e 1990.

No que tange às publicações feministas, ainda de acordo com Cardoso (2004), podemos dividi-las em duas gerações. A primeira geração marca o embate entre a “questão da mulher” *versus* “questão geral”, “feminismo liberal” *versus* “feminismo marxista ortodoxo”, onde as reivindicações por ações públicas que proporcionem igualdade às mulheres perante os homens, autonomia partidária e luta contra o sistema ditatorial são os eixos centrais. A segunda geração de periódicos feministas.

²¹ A partir do estabelecimento da ditadura civil-militar em 1964, a participação das mulheres conservadoras no espaço público e político mostrou-se notável. Atividades assistenciais, manifestações públicas de apoio ao general Castelo Branco e ao regime, assim como a luta contra os “perigos” do comunismo foram fortes motivos de mobilização para estas mulheres.

incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero (CARDOSO, 2004, p. 38).

Os movimentos femininos buscaram a ruptura com o sistema de organização social baseado numa construção histórica patriarcal e lutaram pelo princípio da igualdade entre os sexos. Com o avanço dessa luta, alguns direitos políticos, econômicos e familiares foram sendo reconhecidos pela sociedade em geral, mas essas conquistas foram possíveis através de buscas por melhorias específicas do período de 1970, que permanecem nas demandas feministas atuais. Para além das publicações próprias, as feministas buscavam outros espaços para disseminarem seus ideais, buscando em outros jornais meios de mostrarem suas conquistas e avanços.

Vale destacar que não há uma forma consensual de compreender o movimento feminista, uma vez que diferentes vertentes ideológicas e lutas dirigidas demarcam sua presença. O feminismo, como ideologia, busca defender os direitos de metade da humanidade e os ideais igualitários. Como posição ideológica e ação política, contudo, foi satanizado em suas primeiras reivindicações (WOITOWICZ, 2005, p. 5)

Foi no bojo das lutas das mulheres que jornais como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Nosstras*, *Chana com Chana* e tantos outros surgiram como forma de apoio à mulher “comum”, oprimida pelo tradicionalismo, machismo, pelo aspecto patriarcal que a relegava ao papel de mãe e esposa somente. Estes jornais expuseram um novo ideário da população feminina, trataram de seus posicionamentos políticos, seus direitos, sua liberdade, o direito sobre seu corpo, suas escolhas, sua saúde. Promoveram ainda a integração com as demandas internacionais, nacionais, regionais.

O jornal *Brasil Mulher* foi fundado em 1975, Londrina (PR), publicado pela Associação Brasil Mulher. Posteriormente passou a ser publicado em São Paulo. A princípio, era publicado bimestralmente, com 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos. Teve 16 edições regulares e mais 4 “extras” e de circulação nacional. Suas vendas ocorriam em livrarias, bancas e comércios em geral, além da venda por assinaturas. Em seus anos de publicação, o conselho e a linha editoriais passaram por diversas mudanças devido a disputas internas e divergências políticas do jornal. O jornal

traz o debate da relação entre o feminismo e a militância de esquerda. Já o *Nós Mulheres* era publicado pela Associação de Mulheres, em São Paulo, teve oito edições, circulou entre os anos de 1976 e 1978. Seu conselho editorial era composto por mulheres militantes que voltaram ao Brasil em 1976, antes da Anistia, que queriam editar um jornal feminista, de oposição e que divulgasse as lutas sociais femininas. Buscava estruturar-se de forma autônoma e não-hierárquica. Foi o primeiro jornal brasileiro a se autodenominar feminista. Vale ressaltar que as integrantes desses jornais vinham da militância esquerdista, muitas eram ex-exiladas, ex-torturadas, ex-presas, saídas da clandestinidade, e ambos detinham visões distintas sobre o feminismo.

Mulherio foi lançado em 1981 e foi o alternativo feminista de maior duração, tendo sido lançado por mais de dez anos. Seu conselho editorial era constituído por intelectuais feministas brasileiras, com periodicidade bimestral patrocinada pela instituição Carlos Chagas. Suas edições contavam com artigos que tratavam sobre lutas políticas e lutas de cunho mais específico do universo feminino. Teve mais de 20 edições lançadas não contando com os “extras”, variando entre 24 e 30 páginas por edição.

3. CONSOLIDAÇÃO

Buscando firmar-se no seio da sociedade civil como algo “novo” e transformador, abordando temas como lutas políticas, anistia, sufrágio universal, eleições diretas, reforma agrária, carestia, posicionamentos governamentais, marginalização e lutas de cunho mais específico do universo feminino como violência contra a mulher, liberdade sexual, pílula anticoncepcional, maternidade, profissionalização feminina, quebra de estereótipos femininos, conquistas de direitos em áreas diversas da vida pública, e afins, estes jornais foram capazes de atravessar os anos de censura e se manterem firmes na luta por mais de uma década, sendo o de maior duração o *Mulherio*, que veio a ter fim somente da década de 1990. Esses jornais alternativos feministas iam muito além de sua função informativa; eles disseminavam reivindicações, movimentos, protestos e debates. Eram integrados por uma diversidade de mulheres que conviviam com a repressão e levantavam a bandeira das liberdades democráticas e da libertação feminina.

Um jornal feminista não é só aquele que tem como pauta exclusiva a mulher. O é, também, o jornal que, tendo como objetivo a mulher, preocupa-se em não distanciá-la de um amplo programa de trabalho pela emancipação,

incluindo em suas propostas oferecer informação sobre todos os campos, da política à educação. (Jornal Brasil Mulher, 1977, p. 2)

Associavam-se muitas vezes a outros grupos de minorias, principalmente negros e homossexuais na luta política e social organizando encontros e as mais diversas formas de conscientização. Foram capazes também de criar projetos de apoio as mulheres de diversas camadas populares, como o programa *S.O.S Mulheres*, criado por ex-exiladas e colaboradoras diversas do já extinto jornal *Brasil Mulher*. Não deixaram somente suas marcas na imprensa alternativa, esses jornais e as mulheres que estavam por trás deles buscaram deixar suas marcas em outras mulheres, mostrando que elas nunca estiveram sozinhas na luta política e sociocultural.

4.CONCLUSÃO

Na atualidade, as organizações feministas não detêm mais a importância que detinham há 30 anos com suas lutas e motivações (aborto, contraceptivos, trabalho, representação política, saúde da mulher, autonomia corporal, entre outras), mas ao longo dos anos vem se renovando e reciclando suas lutas, atualizando suas demandas, sempre mantendo seu cunho contestador à lógica masculina dominante.

Os periódicos de minorias foram disseminadores, implementadores de novas teorias cotidianas, políticas, sociais e culturais. Ao analisar o papel da imprensa alternativa, preferencialmente a feminista, no combate à ditadura civil-militar brasileira, compreende-se mais sobre as diversas formas de resistência esboçadas no Brasil ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira, contemplando os projetos que, para além do recurso às armas defendido por uma parcela da esquerda brasileira, também desafiaram a ditadura, foram revolucionários e utilizaram ferramentas igualmente explosivas, sendo estes jornais e revistas ferramentas fundamentais para a estruturação de um espaço de expressão pública, política e cultural das mulheres brasileiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Utopia Fragmentada – As Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970**. Editora Fundação Getúlio Vargas.

BASTOS, Natália de Souza. **Elas por elas - Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira no pós-1974**. Estudos Feministas, Florianópolis, nº 12, setembro-dezembro de 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. **Feminismo e Imprensa Alternativa durante a ditadura militar brasileira**. História Agora- Revista de História do Tempo Presente, nº 14, dezembro de 2012.

SILVA, Izabel Pimentel da. **Os Filhos Rebeldes de Um Velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2009, p.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Vozes do feminismo na imprensa alternativa – As lutas das mulheres nos jornais de oposição no período da ditadura militar no Brasil**. 3º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho, GT História da Mídia Alternativa, Novo Hambur.